



GOD SAVE THE QUEEN: AS REPRESENTAÇÕES DA REALEZA NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Renato de Almeida Vieira e Silva¹

<http://lattes.cnpq.br/0524756060525155>

Que Rei sou eu,
Sem reinado e sem coroa ,
Sem castelo e sem rainha
Afiml que rei sou eu ?

(Francisco Alves – cantor popular nos
anos 50 e que recebeu o título de o **Rei da Voz**)

34

RESUMO – Os jornais, revistas e particularmente a televisão deram destaque para as celebrações em torno do 60º aniversário de coroação da rainha Elisabeth II, da Inglaterra, repetindo a cobertura concedida recentemente ao casamento do príncipe William com Kate Middleton, hoje, Duquesa de Cambridge. Esse fascínio da mídia em torno da realeza nos leva à reflexão sobre qual a projeção de suas representações e simbolismos na contemporaneidade, em um contexto midiático cada dia mais veloz e repleto de informações. Afinal, por que a monarquia, uma instituição tão antiga, ainda é capaz de produzir discursos, significados e ressignificações, capazes de captar milhões de atentos leitores e espectadores na atualidade? É sobre esse tema que pretendo discorrer nesse trabalho tomando por base as origens do poder simbólico da monarquia e, em particular da realeza britânica, assim como os elementos da cultura popular que se adicionam na construção desse imaginário e na produção de sentidos nas narrativas jornalísticas.

PALAVRAS-CHAVES – Monarquia, Mito, Narrativas Jornalísticas, Discurso Midiático, Poder Simbólico

RESUMÉ – Les journaux, les magazines et la télévision en particulier ont donné de l'importance aux célébrations entourant le 60e anniversaire du couronnement de la reine Elizabeth II d'Angleterre, en répétant la couverture donnée récemment au mariage du

¹ Doutorando em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo.



prince William avec Kate Middleton, désormais duchesse de Cambridge. Cette fascination des médias autour de la famille royale nous amène à réfléchir sur la projection de ses représentations contemporaines, dans un contexte médiatique chaque jour plus rapide et riche des informations? Pourquoi que la monarchie, une institution si ancienne, est encore capable de produire des discours, des significations, capables de capturer des millions de lecteurs et de téléspectateurs aujourd'hui? C'est sur ce thème que j'ai l'intention de discuter sur les origines de la puissance symbolique de la monarchie, et en particulier la royauté britannique ainsi que les éléments de la culture populaire qui sont ajoutés à cette construction imaginaire et sur la production des senses dans le discours journalistique.

MOTS-CLES – Monarchie, Mythe, Narratives journalistiques, Discours médiatiques, Pouvoir symbolique

A monarquia faz seu discurso

35

Alguns acontecimentos recentes diretamente ligados à realeza britânica obtiveram grande destaque midiático. Um deles, em especial, a morte trágica e prematura, seguida de funeral, da princesa Diana, expôs ao mundo os diferentes ângulos e dilemas internos da família real britânica em torno de um assunto delicado para a soberana inglesa: dar ou não o reconhecimento de princesa real nas cerimônias fúnebres da nobre, morta em trágico acidente, logo que saía para jantar com seu namorado, conhecido milionário, cuja família era de origem egípcia? Fato esse explorado ao extremo pelas publicações especializadas em celebridades e bastante incômodo para os padrões de discrição preconizados pela atual rainha.

No entanto, a comoção popular que se seguiu após a revelação da morte de Diana, em seu próprio país e que se transformou num fenômeno midiático mundial, promoveram fortes reações entre os britânicos e na imprensa, sugerida pela indiferença ou distanciamento com que a família real inglesa tratou a morte da princesa. A Rainha isolou-se atrás das paredes do Castelo Balmoral (Escócia) junto com sua família, denotando dificuldade em compreender a resposta ao público, não só britânico, mas já de repercussão mundial, àquela tragédia. Elisabeth II considerava o fato de trato restrito ao âmbito familiar dos Spencer, denominação da família de Diana, já que a princesa havia se divorciado do príncipe herdeiro e, portanto, não mais pertencia à família real, mesmo tendo deixado dois filhos, sendo que um deles, Willian, tornou-se o segundo na linha de sucessão ao trono.

Esses trágicos momentos amplamente divulgados pela mídia foram capazes de produzir um dilema a ser resolvido no seio da Casa Real inglesa, diante da própria



exposição pública dos fatos e pela produção contínua de insatisfação popular pelo silêncio e afastamento da família real na produção de respostas que viessem a satisfazer o anseio popular.

Para Tony Blair, o jovem, popular e recentemente eleito Primeiro Ministro, o povo precisava ser tranquilizado diante do estado de comoção nacional que se formou e que se fazia necessário o apoio verbal de seus líderes face à situação.

Em um show de emoções sem precedentes que cresciam cada vez mais, Tony Blair se viu na posição de ter que reconectar a Rainha com o povo britânico e a convence a falar em rede nacional de televisão.

O discurso que se sucedeu produziu os efeitos esperados: reduziu-se a tensão popular pela tragédia, promoveu-se a reconciliação entre a família real, seus súditos e a opinião pública interna e mundial e deu-se um funeral à Diana, seguindo rituais preestabelecidos a um membro da mais alta posição na hierarquia da realeza britânica.

Que elementos da construção do *ethos*, aqui designada como a construção de uma imagem pública com fins de exercer a persuasão e influência no discurso, tanto oratórios quanto de imagens, podemos extrair dessas passagens que fizeram parte da recente história do século XX e da intensa midiaticização que se seguiu?

36

Primeiramente vale lembrar Amossy (2005, p. 10), para quem o “peso da fala e sua força de persuasão não decorrem somente do que o orador diz: dependem também da imagem que ele dá de sua pessoa, da impressão que ele produz em seu auditório”.

O sentido do discurso também é resultante de valores e emoções. É, como descreveu Aristóteles, o resultado da alquimia entre a *logos*, *ethos* e *pathos*, ou seja, para o bom exercício da persuasão é preciso ter um discurso fundamentado e firme para estabelecer a credibilidade moral e pessoal. A partir daí, obtêm-se os elementos fundamentais para desenvolver ou estabelecer nos seguidores a confiança e a motivação para continuar seguindo, mesmo em situações difíceis.

Em outro momento da história britânica, o rei George VI, pai da atual rainha, buscava um tratamento adequado para sua voz. Desde pequeno, o futuro rei da Inglaterra sofria com sua gagueira nervosa; um problema que sempre diminuía suas possibilidades de sucesso em qualquer ocasião. Sem grandes expectativas, Bertie (como era chamado da intimidade) foi surpreendido depois da morte de seu pai, o Rei George V, e da escandalosa abdicação do Rei Eduardo VIII (seu irmão), quando o improvável jovem gago foi



escolhido para ser coroado o Rei George VI da Inglaterra. O único problema, no entanto, era que, com o país à beira de uma guerra, a nação precisava desesperadamente de um líder com voz ativa para comunicar e preparar a população para o difícil período que atravessaria.

Sentindo a dificuldade e o sofrimento do marido, Elizabeth, a futura Rainha Mãe, procura diversos tratamentos, mas encontra a esperança num método pouco ortodoxo, com o excêntrico terapeuta da fala, Lionel Logue. Depois de um difícil começo, os dois acabam consolidando um forte vínculo, imprescindível para o sucesso do tratamento do Rei.

Após muita perseverança, chegou a hora de George VI acreditar em si, superar a gagueira e proferir o discurso mais importante de sua vida. Mesmo lutando com dificuldades, o soberano utilizou as aprendidas habilidades de oratória, tais como estrutura do discurso, pronúncia, uso da linguagem adequada e ritmo da fala. A mensagem veiculada no rádio para toda a nação ouvir, fez com que sua voz inspirasse, unisse e mobilizasse seu povo em torno do perigo iminente representado pela batalha contra os alemães na Segunda Guerra Mundial.

37

Esses episódios, em dois momentos históricos distintos, envolvendo personagens da realeza britânica, ressaltam o papel e a importância dos discursos proferidos por aqueles que desempenham funções públicas relevantes, cujos conteúdos sejam capazes de produzir significados para aquela audiência e satisfazer as expectativas formadas em torno daquelas mensagens.

Amossy (2005) destaca que a análise do *ethos* está associada à noção de estereótipo. Por essa reflexão a autora considera a construção de uma imagem de si em relação com a representação coletiva cristalizada, nesse caso por meio das figuras do rei ou da rainha. Relembra também uma outra importante dimensão do *ethos*, pouco estudada, denominada *ethos* prévio, que consiste na imagem que o auditório faz do locutor no momento em que esse toma a palavra.

Nesse sentido, as representações prévias do rei e da rainha para a população britânica produzem elementos importantes para a valoração e credibilidade das mensagens, influenciando no comportamento e percepção das pessoas e nas imagens produzidas nos discursos midiáticos, ultrapassando por vezes as fronteiras nacionais.



Ao lembrar Aristóteles, Barthes, citado por Amossy (2005), retoma algumas de suas ideias sobre a construção de uma imagem de si no discurso, a qual torna-se importante para garantir o sucesso do empreendimento oratório, incluindo os traços de caráter e moral do orador que exerce todo seu poder de persuasão.

A dimensão sociológica de *ethos* prévio está baseada nos estudos de Bourdieu e Viala, onde essa expressão designa o conjunto de princípios interiorizados e que servem de guia inconsciente de conduta, assim como a noção de adesão, na qual se adere aos valores de um grupo social dominante, nesse caso representado pela instituição da monarquia britânica, suas representações e simbolismos, capazes de, ao longo de um extenso processo histórico-cultural, sobreviver desde a Idade Média até nossos dias como símbolo de união nacional.

Veremos, na sequência, algumas noções de como se desenvolveu esse processo ao longo do tempo.

A monarquia e a construção do mito

38

A partir do século XVI a Europa assistiu à construção e desenvolvimento de estruturas políticas que levaram à construção de uma forma de organização política que lhe é típica: as monarquias nacionais. Organizou-se dessa maneira uma forma de governo na qual o poder político se transmite por hereditariedade, é centralizada no rei e o soberano recebe seu poder diretamente de Deus, nos primórdios desse processo.

Essa forma de governo veio a substituir a forma de organização político-social então representada pelos pequenos feudos e senhores de terras, como destaca Lopes (1994, p. 34), ao citar Behrens:

O monarca absolutista, tal como Deus, que representa na terra, era considerado pai do povo, a quem deveria justiça e misericórdia, em troca de obediência cega[...] a submissão ao pior dos monarcas era preferível à anarquia ou ao governo de pequenos tiranos.

Formam-se assim as sociedades da Europa feudal, com reforço no plano político de aspectos teórico-doutrinários da Igreja, plenos de simbologias, cujas representações de sua existência passam por dois níveis hierárquicos: um de natureza terrena e existencial e, outro mais elevado, de caráter transcendental, de algo que está acima do mundo terreno e que é a



força da qual deriva tudo que existe no mundo. Assim, a organização da sociedade política advém da vontade de Deus, professados pela fé nos princípios cristãos e na Igreja.

Por essa razão, a figura mítica do rei e o ato de governar tornam-se sacramentais à luz das sociedades medievais, sendo o governante responsável pela ordem política, guardião da fé e investido de caráter sagrado.

Ao citar Kantorowicz, Lopes (1994, p. 37) destaca a formação do corpo místico do rei, sobretudo na Inglaterra, em tempos de afirmação do poder real diante de revoltas dos barões medievais, senhores de terras de então:

A simbologia do corpo místico do rei expressa-se de forma compreensível através do seguinte arrazoado: o rei possui dois corpos, um dos quais não é senão um corpo físico natural; neste o rei fica sujeito às paixões humanas, estando submetido ainda à morte como o comum dos homens. Entretanto, seu segundo corpo é um corpo político, cujos membros estão representados pelos súditos. Unidos, um e outros compõem a sociedade política da qual o rei simboliza a cabeça. Neste corpo, o rei não se encontra nem a mercê dos apetites humanos nem sob o influxo da morte. Em seu corpo político, o rei nunca morre.

A concessão do caráter mítico ao rei nas sociedades que adotaram essa forma de governo tornou-se então um traço importante de sua cultura e que viria a ultrapassar as fronteiras nacionais por meio das conquistas de novas terras. A partir da formação dos impérios coloniais, ingleses, holandeses, espanhóis e portugueses levaram seu poder civilizatório a todos os cantos do mundo sob seus respectivos domínios prolongando dessa maneira a projeção dos aspectos simbólicos das monarquias até hoje.

Apenas para exemplificar essa influência mítica, tomando-se por base o nosso país, foram comemorados em 2008, os duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Tais festividades centralizaram-se particularmente na cidade do Rio de Janeiro e tornou-se tema de diferentes narrativas jornalísticas, cujo alcance midiático deu-se por meio de coberturas em televisão, jornais, revistas e edição de livros. Nelas se destacava o papel da monarquia e o caráter da formação do Brasil como nação e a sua unidade territorial.

Um dos registros das várias comemorações que se seguiram constava do site oficial da prefeitura do Rio de Janeiro :

No dia 9 de março um cortejo desfilava pela Avenida Atlântica simbolizando a chegada da Família Real, com carros alegóricos e desfile



da Corte, contando com a presença da banda dos Fuzileiros Navais e um imenso público que prestigiou o evento. A carruagem que transportava o Príncipe Regente foi criação do carnavalesco Milton Cunha. (www.rio.rj.gov.br/culturas/djoao)

O primeiro-ministro de Portugal, Cavaco Silva, também presente à comemoração, lembrou a importância dessa data para os dois países:

Para Portugal, porque foi um contributo decisivo para que mantivesse a sua independência. Para o Brasil, porque permitiu manter a unidade territorial, porque trouxe as estruturas do estado, que facilitaram a independência passados 14 anos mais tarde. (ibidem)

A própria prefeitura do Rio de Janeiro sinalizou por um ano os postes das principais avenidas, do centro à zona sul da cidade, com flâmulas simbolizando o evento, com destaque para a uma pintura equestre da imagem do rei e da mensagem “D. João no Rio”. Seria o despertar do imaginário e mitológico popular sobre a chegada de tão ilustre figura da realeza?

40

Lilia Schwarcz (2000), citando o historiador Burke, destaca a dimensão mítica e simbólica dos reis:

Como dizia Montesquieu, “o esplendor que envolve o rei é parte capital de sua própria pujança”. Mais do que um elogio, a consideração sintetiza particularidades da monarquia, ou mesmo, a dimensão simbólica presente em qualquer tipo de poder público e político. Com efeito, se é só a realeza que introduz o ritual em meio à sua lógica formal e no corpo da lei, pode-se dizer, porém, que não há sistema político que abra mão do aparato cênico, que se conforma tal qual um teatro; uma grande representação.

Essa representação se dá sob os mais diferentes ângulos, onde se incluem os gestos, as cerimônias, as roupas, os objetos, a música e a ostentação, que constituem parte importante do reconhecimento público e que de alguma forma conferem-lhe o fascínio e resultados práticos.

Para exemplificar, a revista **Veja** (p. 100 - nº 2255) destaca a seus leitores o caráter simbólico da monarquia, especialmente a britânica, ao descrever os objetos míticos e seus significados que são utilizados em uma cerimônia de coroação:



“Orbe com cruz sobreposta, um globo de ouro que representa o título real de Defensor da Fé...”

“Braceletes de ouro simbolizando a sinceridade e sabedoria...”

“Coroa imperial de estado, réplica da feita para a rainha Vitória...”

Em outro momento da reportagem, a mesma revista descreve o status quase santificado da rainha como decorrente tanto

do entranhamento da monarquia na história e na psique coletiva dos ingleses quanto do fato de ela tem de pairar como uma entidade desencarnada sobre assuntos de estado. Não pode sem levemente insinuar opiniões sobre questões políticas, reservando esses comentários nas audiências semanais com o primeiro-ministro. (p. 100)

Há de se destacar que nos últimos 175 anos de história da Inglaterra, duas rainhas foram responsáveis por 123, contando-se 63 anos de reinado da Rainha Vitória e as atuais seis décadas de Elisabeth II. Se formos um pouco mais longe – cerca de 500 anos – podemos também contabilizar 45 anos de reinado de Elisabeth I, no século XVI. O que corresponde, no total, a notáveis 220 anos de reinado! Tãmanha estabilidade será dificilmente reconhecida pelo mundo afora, o que dá à monarquia britânica uma longevidade e uma impressionante capacidade de adaptação aos tempos.

Esse caráter mitológico e quase distante dos assuntos temporais dá às monarquias modernas em geral a impressão de continuidade, sucessão e previsibilidade aos seus súditos, já que a vida de um monarca é orientada e observada desde o momento em que sua gestação é anunciada e finaliza – do ponto de vista do ciclo da vida – com a sua morte, podendo em alguns casos sobreviver a ela quando ascendem ao patamar dos mitos históricos.

Mesmo naqueles momentos em que demonstrem pelos seus atos proximidade dos demais indivíduos, por meio de excessos de conduta, traduzidas em separações conjugais ou expressões pouco recomendáveis de acordo com as regras protocolares, os membros da realeza em geral logo se recompõem e voltam ao eixo central de conduta esperada para o qual foram orientados desde a infância, reforçando assim o conjunto de atitudes públicas exemplares que deles são esperadas por aqueles que lhes devotam confiança e respeito.

Esse contraste entre o lado temporal, humano e transgressor se junta aos aspectos imaginários e míticos dando aos membros da nobreza uma aura única em sua existência.



Essa construção do imaginário da monarquia e sua sobrevivência no âmbito popular é objeto da próxima reflexão.

A monarquia e seu imaginário

Passados alguns séculos, o poder temporal e místico dos reis diluiu-se ao longo do tempo. Mas é na Europa que encontramos as monarquias que mais se desenvolveram e se destacaram na criação de importantes processos influenciadores em questões sócio-político-culturais que tiveram grande repercussão mundial e observa-se, justamente nessa área do mundo, que ainda subsistem monarquias constitucionais tradicionalmente respeitadas e que permanecem no imaginário popular, destacando-se no seio dessas comunidades como o encontro de seus respectivos povos com a sua história.

Existe igualmente um outro lado simbólico das monarquias, representado pelo composto de lendas e contos de fadas, onde aparecem castelos, cavaleiros, príncipes e princesas, histórias essas que são contadas nas mais variadas sociedades desde a infância.

Esse composto de lendas, em busca dos mais nobres valores humanos e ambientado no imaginário medieval, tem origem na mitologia escandinava e celta, incluindo alguns elementos da mitologia grega, os quais persistem até nossos dias agregando novos elementos, linguagens e significados.

Dede histórias como a de Romeu e Julieta, de Shakespeare, até o Senhor dos Anéis ou Harry Potter, obras surgidas na literatura contemporânea e traduzidas para o cinema, com milhões e milhões de espectadores em todo o mundo, utilizaram-se dos ingredientes mágicos desse universo simbólico, onde se misturam nobres, fadas, reis, princesas, e mágicos, compondo um rico quadro artístico e romântico.

Uma dessas histórias é a tradicional lenda de “A Bela Adormecida”, onde o personagem principal representado por um príncipe é capaz de libertar uma jovem da maldição de uma bruxa que a condenou ao sono eterno, despertando-a através de um beijo, demonstrando que o amor é capaz de vencer o mal.

Há também maldições que fizeram com que príncipes se tornassem sapos e fossem libertados dessa condição por providenciais fadas, e por vezes magos, a quem cabem o papel de se contrapor ao papel das bruxas, mais identificadas com o mal.



As princesas por sua vez são em geral mulheres perfeitas, cuja beleza, honestidade e piedade, estão acima de qualquer suspeita. São, por conseguinte, candidatas a obter o príncipe encantado em suas vidas, vivendo para sempre felizes, construindo assim o estereótipo da eterna felicidade no mundo imaginário de muitas adolescentes.

Esse imaginário construído a partir da fantasia de que homens e mulheres são sujeitos unidos por suas qualidades, porém ignorando seus defeitos, leva à ilusão de que os “príncipes e princesas” são personagens acima do bem e do mal, fato esse que é desmistificado com o passar dos anos pelo próprio amadurecimento nas relações pessoais e situações de vida em geral.

No entanto a mística construída em torno do ideal romântico da eterna felicidade ainda povoa o pensamento da adolescência. Difícil é quando esse imaginário perdura pelos muitos e muitos anos da fase adulta, já que viver nesse mundo imaginário nem sempre vai ajudar homens e mulheres a serem felizes.

Assim, o imaginário e o simbólico se juntam em diferentes nuances e se recriam, formando novas interpretações, permanecendo, no caso da monarquia, para algumas sociedades, como um residual de influência obtido por meio de seculares processos de formação sociocultural desses grupos humanos.

Segundo Carvalho (2007, p.10):

a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.

Continua o autor:

o imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornarem-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.



A rainha Elisabeth II, em recente viagem à Irlanda do Norte, considerada um marco na relação entre as duas nações pelos inúmeros conflitos e atentados promovidos por ambas as partes – ingleses e irlandeses – seja por motivação política ou religiosa, significou a comunhão histórica dessa parte da Grã-Bretanha sob administração do governo de Londres.

O lado simbólico dessa visita, construída pela diplomacia para que a rainha, figura máxima e exemplar da estrutura do estado, pudesse representar o resgate dessas relações e utilizasse em seus discursos, como definido por Benveniste (2011), dos recursos da enunciação, colocando ambas as partes numa relação de dependência mútua, celebrando o reencontro dessas duas partes componentes do território britânico e historicamente conflituada por questões separatistas.

A rainha, por sua vez, na sua representação simbólica, utilizava a cor verde no vestuário em sua chegada, sendo esse tom o símbolo nacional da Irlanda, contabilizando mais uma demonstração de apreço à identidade daquele país e ressaltando que também é soberana daquela país.

44

Vale lembrar que o príncipe herdeiro Charles também se utiliza de vestimentas próprias quando em visita as diferentes regiões da Grã-Bretanha, tais como a Escócia, onde procura vestir um tipo de saia xadrez, denominada *kilt*, demonstrando aproximação e apreço pelos súditos locais.

Essa linguagem simbólica professada por meio da indumentária é parte integrante do processo de identidade com que a monarquia se aproxima de seu povo e assim se perpetua na memória cotidiana.

A linguagem simbólica amplamente utilizada pela realeza britânica tem seus fundamentos na constituição de um código cultural inglês, aqui descrito como a herança comportamental e de sentimentos coletivos que se formaram na sociedade ao longo de séculos.

Clotaire Rapaille (2007, p. 164), antropólogo de origem francesa, que tenta decifrar as características culturais dos mais diferentes povos em suas pesquisas, nos remete a esse universo simbólico em sua definição sobre o comportamento inglês:



O Código inglês para a Inglaterra é CLASSE. Há um forte senso (e consenso) entre os ingleses de que eles provêm de um estrato social mais elevado do que outras pessoas. Isso nasce da longa história da Inglaterra como líder mundial (“o Sol nunca se põe no Império Britânico”) e das mensagens transmitidas de geração em geração no sentido de que ser inglês é um privilégio especial que a pessoa recebe ao nascer.

Vamos então buscar na história inglesa, nos discursos e nas linguagens que se formaram os elementos que deram à realeza seu caráter e existência.

A monarquia britânica e o poder simbólico.

A Grã-Bretanha vive sob o regime monárquico há mais de mil anos. E, embora a realeza já não possua mais do que um poder simbólico, as atribuições dos herdeiros contemporâneos e os noivados e casamentos reais continuam a atrair a atenção do público – não só dos britânicos, como em boa parte do mundo. Um exemplo disso é o burburinho em torno do casamento do príncipe William com Kate Middleton, sua noiva plebeia. A relevância da monarquia para a política britânica pode até ser colocada em discussão, mas a capacidade da realeza de promover festas e eventos memoráveis nunca esteve em dúvida.

A monarquia britânica, mesmo desprovida de poderes de governar há 795 anos, quando foi promulgada a Carta Magna, que justamente separou as atividades de estado daquelas de governo, não pode ser considerada como ornamental.

Do ponto de vista da organização dos poderes na Grã-Bretanha cabe ao monarca a chefia do estado e a aprovação do primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento. Desde o final do século XIX foi estabelecido que o monarca possui três direitos: “o direito de ser consultado, o direito de aconselhar e o direito de advertir”.

Vale lembrar que as conversas semanais e reservadas entre o monarca e seu primeiro-ministro jamais vêm a público ou são publicadas na mídia, apesar das especulações em torno do tema.

A soberana britânica – e isso já dura 60 anos – só profere discursos oficiais, sem jamais ter concedido uma só entrevista. Seus pontos de vista sobre os negócios de estado não são expressos publicamente e deduz-se que são tratados exclusivamente nas audiências com o primeiro-ministro. Nesse caso, o que prevalece é o capital político pelo qual, segundo Bourdieu (2001, p. 187), torna-se



uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa, ou a um objeto, os próprios poderes que eles reconhecem.

Ao relembrar Benveniste, Bourdieu (p. 10) destaca a análise da *fides* e sua ambiguidade:

força objetiva que pode ser objetivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que a faz simbólica do poder, tronos, cetros e coroas), produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito vê que ele existe.

Talvez um dos motivos que explica a longevidade da monarquia britânica é justamente ter-se afastado das decisões políticas. Essa separação começou a ser moldada no século XIV, quando surgiram as duas Câmaras parlamentares, a dos comuns e a dos lordes. Mas o rei manteve a supremacia até 1689. Naquele ano, durante uma grave crise de sucessão, uma lei definiu o Parlamento como autoridade máxima. O poder político foi gradativamente transferido para as mãos do povo, sem que fosse preciso decapitar o monarca, como fizeram os franceses no século XVIII. Atualmente, o monarca chefia o estado e (sempre) aprova a indicação do primeiro-ministro feita pela Câmara dos Comuns.

Ter uma família real de alta visibilidade, nenhum poder fora da esfera simbólica, um sistema parlamentar e uma constituição baseada nos usos e costumes, são peculiaridades nacionais únicas da Grã-Bretanha. Todos os anos a rainha abre os trabalhos do Parlamento com a coroa na cabeça, pronunciando um discurso escrito não exatamente por ela, mas pelo governo. Sem a política entre seus afazeres, a realeza passou a se dedicar mais ao papel de referência social, principalmente a partir do celebrado reinado da rainha Vitória, o mais longo da história do país — de 1837 a 1901. No âmbito doméstico, Vitória se aproximou da população como modelo de conduta. Um modelo rígido, sem dúvida, mas com face humana, que viria a se denominar de a Era Vitoriana.



Conforme destacado ainda em **Veja**, o século XIX, o constitucionalista Walter Bagehot previu que o show da monarquia teria uma vida longa: “Quanto mais democráticos nos tornarmos, mais iremos apreciar a pompa e o espetáculo, que sempre agradaram ao povo”. Será que aqui não vale a pena relembrar o nosso conhecido carnavalesco Joãozinho Trinta, quando em entrevista pela televisão declarou que “quem gosta de miséria é intelectual, pobre gosta de luxo”, e talvez tenha sido preconizador entre nós essa afeição popular pela pompa e a circunstância, apenas parafraseando o título de uma conhecida música de origem inglesa, frequentemente, utilizada em rituais solenes?

Até aqui, a história e a mídia têm provado que ambos estão corretos (o historiador e o carnavalesco). Em setembro de 1969, 500 milhões de expectadores de todo o mundo assistiram à cerimônia em que Charles ganhou o título de príncipe de Gales, concedido aos primogênitos dos reis britânicos. Já em 1981, essa audiência aumentou e mais de um bilhão de pessoas assistiram ao suntuoso casamento de Charles e Diana. As comemorações do Jubileu de Ouro da rainha Elizabeth II, em 2002, contaram até mesmo com a presença do roqueiro Ozzy Osbourne. Também não faltou emoção – e audiência – no aniversário de 100 anos da rainha-mãe, em 2000, e no seu enterro, dois anos mais tarde.

47

O composto midiático se completou com as celebrações do casamento do príncipe Willian e do 60º aniversário de reinado de Elisabeth II, ambos transmitidos pela televisão e pela internet com audiência calculada em mais de dois bilhões de pessoas em todo o mundo, fazendo com que o espetáculo da realeza se mantivesse vivo nos corações e mentes de seus **súditos-admiradores** ou **súditos-espectadores**.

Hoje, a realeza tem seu papel mais restrito na criação de contos de fadas em tempos modernos, nem sempre com finais felizes, diante dos dramas do casamento entre o príncipe Charles e a princesa Diana. O conturbado fim do casamento e a morte trágica da princesa renovaram o interesse pelo trono, criando nos filhos de Diana novos modelos de comportamento. Tal interesse é reflexo de um dilema britânico. Ainda que considerem a monarquia arcaica, os ingleses não conseguem solucionar uma questão: o que fazer com ela.

A realeza está tão arraigada na estrutura política e social que eliminá-la da noite para o dia seria atentar contra a própria unidade nacional. Produzir assunto para a mesa de refeições e dividir as afeições dos súditos talvez não sejam justificativas suficientes para os 13 milhões de dólares gastos anualmente na Inglaterra somente com funcionários da corte



e compromissos oficiais. Mas a existência de um monarca é vista por muitos como base da democracia do país, o que faz com que hoje essa popularidade atinja 84% da população britânica.

Mas, no caso brasileiro, somos receptivos aos símbolos da realeza? Temos algumas indicações nesse sentido.

A monarquia no imaginário popular brasileiro

O Brasil foi sede do único império das Américas, originado da colonização europeia, não considerando, para efeito desse estudo, aqueles formados pelas antigas civilizações que por aqui viviam em diferentes pontos da América Latina, quando os primeiros colonizadores chegaram.

Foi um caldeirão de influências sociais e políticas durante o longo período em que predominou a aristocracia nos trópicos, onde se mesclavam mecanismos simbólicos de diferentes origens, tais como portuguesas, francesas, espanholas, austríacas e inglesas.

Durante o período colonial, o rei era uma figura distante, já que o imaginário local era apenas despertado pelas gravuras e imagens dos soberanos cunhadas em moedas que chegavam nas embarcações. Quando a família real portuguesa chegou, no início do século XIX, tivemos de fato a personificação de um rei e todo aparato de rituais simbólicos, hierarquias, títulos, vestuário e regras de etiqueta característicos da monarquia.

A partir de então são formados vários discursos simbólicos em torno do rei e da família real, de acordo com cada período histórico, construindo de fato a imagem de um rei entre os brasileiros e não aquele personagem distante ao qual estavam acostumados.

No caso brasileiro, observamos três momentos bem distintos dessa construção:

- o de D. João VI, que trazia fortes resquícios da monarquia absolutista europeia e o poder divino do rei, com as características de quem estava por aqui de passagem, podendo retornar a qualquer momento à sua terra de origem, fato esse que se realizou.
- o segundo momento, marcado pela transição da Independência, faz da figura de D. Pedro I um rei dividido entre dois mundos – Portugal e Brasil – e em torno de quem misturavam-se elementos da cultura europeia associados a uma **cultura mulata**, a qual o imperador se integrou desde muito jovem, quando aqui chegou.



- um terceiro momento é marcado pelo período governado por D. Pedro II, formando de fato a “monarquia tropical”, onde se misturavam celebrações e símbolos da tradição europeia com aqueles de tradição africana e local. Vale lembrar que o manto utilizado pelo imperador em sua coroação trazia penas e plumas de aves silvestres brasileiras.

Era o ensaio da modernidade do poder monárquico, quando o soberano buscava juntar as referências de sua linhagem – Bourbon, Bragança e Habsburgo – com os elementos da cultura local, aproximando a figura do soberano com seu povo.

Nesse aspecto, Schwarcz (2000) ao citar Burke, destaca que o historiador “insiste na noção de espetáculo ao apresentar os monarcas modernos como os inventores do marketing político. O rei era celebrado e glorificado, uma vez que o objetivo central consistia em ‘persuadir o público de sua grandeza’. Destaca a antropóloga que

o interessante é entender não apenas a articulação das imagens da realeza e sua manipulação, mas principalmente como os enunciados são incorporados pelos súditos, que alteram, valorizam, reduzem, selecionam, omitem os discursos veiculados. Se é evidente que havia nesse teatro da corte uma intenção, por vezes previsível, é também fato que sua leitura é múltipla e contextual. É desse relacionamento circular elaborado de influências recíprocas, de cima para baixo, bem como de baixo para cima, que se faz a cultura.

Nesse sentido, não basta imaginar apenas uma recepção cultural passiva por parte dos grupos populares e nem mesmo um estranhamento absoluto da cultura oficial. A cultura é dinâmica na medida em que está sempre em movimento, alimentada por um jogo contínuo. No Brasil, a monarquia investiu em sua afirmação ritual e teatral. Títulos, cortejos, procissões, manuais de civilidade, pinturas, história e poesia fizeram parte da construção desse processo que por meio de memória e de monumentalidade procurava ganhar espaços na representação nacional.

Recebemos assim uma herança imaginária e ao mesmo tempo real deixada pela experiência monárquica em nosso país. Se não mais existem príncipes e princesas de fato entre nós, ainda subsistem lembranças desse período por meio das manifestações populares na música, espetáculos, concursos, relações comerciais e religiosas, formando um universo de representações híbridas na cultura e na comunicação de massa.



Não é por um acaso que denominamos o jogador Pelé como o Rei do Futebol; ou o cantor Roberto Carlos simplesmente “o Rei”; quando assistimos à eleição do Rei e da Rainha do Carnaval a cada ano; ao reconhecer Xuxa, como a “Rainha dos Baixinhos”; ao comprarmos pães na padaria batizada de a “Rainha dos Pães”; quando visitamos o “Rei dos Pneus” ou o “Supermercados Princesa” ou quando reconhecemos aquela cantora baiana como a “Rainha do Axé”; ou , ainda, ao assistirmos às evoluções do Rei e da Rainha do Maracatu , com sua forte herança mística africana , tentando traduzir o brilho da realeza para as tradições populares locais.

Essas relações cotidianas são indicadores para captar o imaginário brasileiro em torno da monarquia e o que ela representa. Parece assinalar, nas várias esferas de interpretação, tanto mais cultas e refinadas, quanto mais populares, que a concepção do rei deriva da qualificação natural de quem se destaca em seu grupo social e por isso goza de certo status e reconhecimento.

Os símbolos da monarquia por sua vez são uma forma de construção discursiva e não apenas elementos de adorno, capazes de produzir e transmitir modelos e valores associados aos aspectos rituais que os acompanham. E é essa construção discursiva que nos acompanha em nossa formação sociocultural e, portanto, representadas inúmeras vezes pelos meios de comunicação em seus valores simbólicos, os quais são reconhecidos socialmente.

No mundo das celebridades, em que jornais, revistas e internet procuram nos *faits divers*, termo utilizado por Roland Barthes para denominar a cobertura jornalística de escândalos, bizarrices e curiosidades com a finalidade de promover a diversão e a audiência, a monarquia se faz presente e ganha maior popularidade a cada evento. E os seus principais atores parecem saber e se utilizar disso para se promoverem e permanecer em evidência. Vamos então conhecer esse aspecto da monarquia no mundo contemporâneo.

A monarquia inglesa nos discursos midiáticos contemporâneos

Se Elisabeth I, no século XVI foi a iniciadora do processo que levou a Inglaterra a se tornar a **rainha dos mares** durante 350 anos, ciclo esse comandado e vivenciado, em seu apogeu, pela Rainha Vitória, no século XIX, coube à Elisabeth II o papel de liderar o pós-colonialismo tornando-se líder da Comunidade Britânica de Nações – *Commonwealth* –



cuja principal missão é congregar 54 chefes de estado de antigas colônias em torno de uma língua ou história comum a esses povos que receberam influência britânica.

Essa função simbólico-diplomática da rainha é exercida desde os 21 anos, quando ainda na condição de princesa, comparece à reunião anual dos chefes de estado e pronuncia o seguinte discurso, lembrado pela revista *Veja* :

Eu declaro antes de tudo, que minha vida inteira, seja ela longa ou curta, será consagrada aos seus serviços aos seus serviços e ao da nossa grande comunidade imperial à qual todos nós pertencemos. Mas eu não tenho força para levar a cabo esta resolução, a menos que vocês participem comigo e aqui renovo o convite a seu apoio. Deus abençoe a todos vocês que estão dispostos a partilhá-lo.

A rainha fez inúmeras viagens internacionais e tornou-se a parte mais visível da diplomacia britânica pelos quatro cantos do mundo, sendo notícia em todos os lugares em que passa.

Mesmo que existam correntes contrárias à monarquia em território britânico, sua popularidade é invejável, traduzidos em 82% de aprovação em recente pesquisa feita junto à população inglesa.

Apesar das críticas à sua pompa, seu fausto, seus gastos e rituais considerados obsoletos, a monarquia permanece fiel à sua essência traduzida pela sacralidade, constituída pelo corpo físico do monarca e o que ele representa e transcende a seu tempo, garantindo a partir de um processo de sucessão a sua própria continuidade e consagrada pelo senso comum.

Vale destacar que Sua Majestade Britânica é também chefe da Igreja Anglicana, posição que detém desde 1530 quando ocorreu um cisma entre o Vaticano e o rei Henrique VIII, que fez com que esse se autoproclamasse chefe espiritual da igreja e responsável pela nomeação da hierarquia religiosa local. Esse papel atribuído aos soberanos ingleses é único em todo o mundo.

Somados todos esses aspectos, a monarquia britânica parece prosseguir firme em seu papel constitucional e simbólico, cabendo a seus descendentes ampliar essa representação em suas visitas protocolares, como destacada por esse trecho de matéria publicada em *Veja-Rio*:



Com seus inconfundíveis cabelos ruivos e espetados, o príncipe Harry, neto da rainha Elisabeth II, cumpriu à risca o papel de chamar atenção para uma das mais veneráveis dinastias do planeta. Em sua curta visita ao Rio, o filho de Charles e Diana (que morreu num acidente de carro em Paris em 1997), de 27 anos, passeou de helicóptero, foi a um bar de Ipanema, beijou a bandeira de uma escola de samba, participou de um show de pagode no Complexo do Alemão e rolou pela areia da Praia do Flamengo. Tudo isso para promover a imagem do seu reino às vésperas de sediar a Olimpíada, em Londres, e o regime encarnado por sua avó, que comemora 60 anos no trono.

A monarquia inglesa, mesmo relutante de início, sinaliza buscar no caminho midiático a sua permanência no imaginário popular e a estabilidade de sua imagem graças a uma ampla divulgação de sucessivos rituais, facilmente identificados pela audiência, que consagram em cada evento em torno de uma mesma dinastia. São casamentos, nascimentos, funerais e jubileus, que simbolizam a continuidade e transcendência num mundo onde as coisas cada vez mais se mostram de forma muito veloz e fluida.

52

Essa característica do poder simbólico da monarquia é talvez o caráter mais visível de sua sobrevivência e pode significar a vivência de um sonho, mesmo que momentâneo onde cada pessoa pode sair de seu lugar comum, de seus problemas, angústias e aflições para vivenciar algo que se imagina ser um conto de fadas dos tempos modernos e que se torna verdadeiro através de personagens e ritos reais.

A revista **Quem** (2001, p. 102) em sua matéria “O grande dia de Willian e Kate” bem demonstra essa possível experiência sonhada:

Sob o tímido sol londrino de sexta-feira (29), o conto de fadas do príncipe Willian e da plebeia Catherine Middleton tornou-se realidade. O final feliz da história de amor começou há oito anos nos corredores da Universidade de St. Andrews, na Escócia, foi acompanhado por quase dois bilhões de pessoas ao redor do mundo, atentas às telas da TV ou do computador. Nas ruas de Londres, uma multidão de um milhão de pessoas vibrou no momento em que a noiva disse “SIM”, na Abadia de Westminster, e na hora em que os noivos se beijaram, na varanda do palácio de Buckingham.

Num mundo povoado pelas incertezas e dificuldades da vida contemporânea, a fantasia do casamento real torna-se um discurso imaginário em que as coisas parecem dar



certo, mesmo que existam aparentes contradições, onde plebeias podem se tornar algum dia princesas, eleitas por um príncipe encantado, projetando desejos íntimos de cada um, abrandando de alguma forma a dura realidade, da ascensão social e das tensões da vida cotidiana.

O sonho torna-se assim realidade. Cada cena, cada ato, cada aparição, cada imagem, tudo isso chega de forma deslumbrante por meio de um aparato midiático cada vez mais sofisticado, fazendo com que o real e o imaginário se tornem muito próximos.

Ao que tudo indica, e parece transparecer para os próximos tempos, a monarquia terá ainda lugar de destaque no imaginário popular. Por isso... *God save the Queen* e, a nós também!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luiz XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. São Paulo: Palas Athena, 2008

CARVALHO, Murilo J. **A Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LOPES, Marcos A. **A Imagem da Realeza**. São Paulo: Ática, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 2012.

RAPAILLE, Clotilde. **O Código Cultural**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A fabricação do rei. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA USP** (Vol. 43). São Paulo, 2000.

Artigos de jornais, revistas e citações na internet:

O ESTADO DE SÃO PAULO. Após 60 anos, o brilho da rainha – 3 junho 2012

REVISTA DE HISTÓRIA. Isabel: uma princesa de carne e osso. nº 80 – ano 7 – maio 2012

REVISTA CONTIGO. – O Casamento Real - Edição 1859 – 5 maio 2011

REVISTA CONTIGO – O batizado da futura rainha - Edição 1915 – 31 maio 2012

REVISTA QUEM – Willian e Kate – nº 556 – 6 maio 2011



REVISTA VEJA – Deus salva a rainha, há sessenta anos –Edição 2255 – 2 fevereiro 2012

REVISTA VEJA – O brilho da era elisabetana –Edição 2272 – 2 junho 2012

<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/secao/realiza/saudades-do-império> – acesso junho 2012

REVISTA VEJA - <http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/secao/realiza> - acesso junho 2012

<http://www.rio.rj.gov.br/culturas/djoao> - acesso em 03/07/2012

<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/realiza/o-poder-simbolico-e-os-encantos-da-monarquia-britanica/> 28/04/2011 – acesso em 03/07/2012

